



PARANAEDUCAÇÃO

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
PARANAEDUCAÇÃO**

C.N.P.J. 02.392.034/0001-02
Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050
Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380
Curitiba Paraná



XIV –

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES,
QUANDO A LEGISLAÇÃO EXIGIR**



SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Curitiba - PR

CARTA DE CONTROLES INTERNOS Nº 01/2013
(Revisão Contábil em 31 de dezembro de 2012)

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de final, referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis dessa entidade, relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, nossos trabalhos foram realizados na sede da entidade em março de 2013.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.



2 ESCOPO DOS TRABALHOS

(2.1) O escopo dos nossos trabalhos compreendeu dentre outros, os principais exames, os quais estão abaixo mensurados, com seu nível de relevância (alto, médio, baixo e/ou inexistente), para as ações a serem tomadas pela Entidade:

DESCRIÇÃO DO PONTO	PONTO NÚMERO	NÍVEL DE RELEVÂNCIA	PÁGINA
Depósito judicial	3.1	Alto	02
Imobilizado	3.2	Alto	02
Auxílio Alimentação	3.3	Alto	03
Certidão Negativa de Débitos	3.4	Inexistente	04

Os níveis de relevância dos pontos descritos neste relatório foram classificados conforme parâmetros desta auditoria. Porém, cabe à entidade classificá-los e/ou julgá-los de acordo com a sua prioridade de solução/adoção.

3 REVISÃO CONTÁBIL

(3.1) DEPÓSITOS JUDICIAIS

FATO: Em 31/dez./12, o saldo contábil dessa conta representa R\$ 21.594,84. Não nos foram apresentados controles subsidiários que suportassem o saldo contábil.

Conforme informações do responsável pelo setor contábil referidos controles encontram-se no departamento jurídico.

RECOMENDAÇÃO: Diante do exposto, recomendamos que a Entidade proceda com aprimoramento de seus controles, alinhado os mesmos com a posição dos assessores jurídicos.

(3.2) IMOBILIZADO

ADOÇÃO INICIAL A NBC TG 1000 SEÇÕES 17 E 27 (RESOLUÇÃO CFC Nº 1409/2012)

A Entidade não realizou os procedimentos determinados na NBC TG 1000 seções 17 e 27.

Os procedimentos consistem resumidamente em:

- Avaliação Inicial dos Bens do Ativo Imobilizado;
- Revisão das Vidas Úteis dos Bens do Ativo Imobilizado;
- Teste de Recuperabilidade ou "Impairment".



Independentemente de existir ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve avaliar, no mínimo ao final de cada exercício social, se há algum ativo que possa ter sofrido desvalorização (teste de recuperabilidade "Impairment").

O objetivo das normas é definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. O Pronunciamento também define quando a entidade deve reverter referidas perdas e quais divulgações são necessárias.

RECOMENDAÇÃO: Embora o valor do imobilizado da Entidade não seja representativo, recomendamos a avaliação da matéria em questão.

(3.3) AUXILIO ALIMENTAÇÃO

FATO: Até dezembro de 2012, a Sociedade tinha como procedimento, realizar o pagamento do benefício de auxílio alimentação em dinheiro, sendo que a partir de janeiro de 2013 passou a fornecer o vale refeição através de convênio com empresa fornecedora.

Desta forma, procedemos a consulta junto ao site do Ministério do Trabalho e Emprego, para a análise da Inscrição do PAT, entretanto, não consta a inscrição da sociedade junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador.

Sobre o procedimento adotado, temos a comentar:

A empresa poderá conceder vale-refeição em dinheiro e/ou não realizar a sua inscrição junto ao referido programa, contudo será considerado salário para todos os efeitos legais.

BASE LEGAL: O artigo 458 da CLT determina que, "além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado".

Para que o valor correspondente à alimentação não seja considerado salário, o empregador e a empresa fornecedora devem estar inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), conforme artigo 214, § 9º, do Decreto nº 3.048/99.



O artigo 504 da Instrução Normativa nº 971/2009, menciona que a parcela in natura habitualmente fornecida a segurados da Previdência Social, por força de contrato ou de costume, a título de alimentação, por empresa não inscrita no PAT, integra a remuneração para os efeitos da legislação previdenciária.

Segundo a Legislação do PAT (Lei nº 6321/76), o benefício concedido ao trabalhador não poderá ser dada em espécie (dinheiro).

Ressaltamos que, o benefício concedido nos molde do PAT não terá natureza salarial, portanto não será base de cálculo da contribuição previdenciária e FGTS, bem como para férias, 13º salário e outras verbas salariais.

O montante não recolhido entre 2008 a 2012, representa o montante de R\$ 8.076.742,99, cuja possível contingência representa R\$ 2.810.706,56 (INSS e FGTS). Não estamos incluindo no valor eventuais verbas trabalhistas.

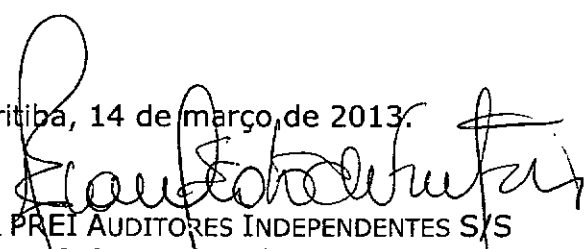
A Entidade está tomando as devidas providências para regularização da situação apontada.

(3.4) CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS

FATO: A título de avaliação fiscal, solicitamos as certidões negativas de débitos dos seguintes órgãos e/ou instituições:

CERTIDÃO	SITUAÇÃO	VALIDADE
Caixa Econômica Federal - FGTS	Regular	18/mar./13
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	Regular	10/set./13
RFB - Secretaria da Receita Federal	Exig. Suspensa	16/ago./13
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	Exig. Suspensa	16/ago./13

Curitiba, 14 de março, de 2013.


MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1

ELIANE SCOTO DE FREITAS

CONTADORA CRC-PR Nº 038.367/O-9



MÜLLER & PREI
a u d i t o r e s



**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
PARANAEDUCAÇÃO**

Curitiba - PR

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
DIRETORES da
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 e NBC T 1.000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das



práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Auxílio Alimentação

Compõe a remuneração paga na folha de pagamentos uma verba denominada "Auxílio Alimentação", sob cujo provento não vem sendo recolhidos os encargos de INSS e FGTS. A importância histórica não recolhida e acumulada do período de 2008 a 2012 representa o montante aproximado de R\$ 2.811. A administração entende que não há fundamento para tal incidência, e, por esta razão, não considera o fato como uma contingência.

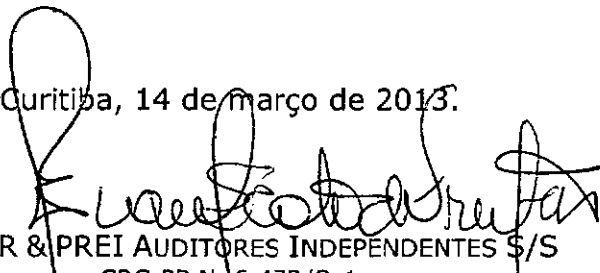
OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e NBC T G 1000).

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 23 de março de 2012, com ressalva.

Curitiba, 14 de março de 2013.


MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
ELIANE SCOTO DE FREITAS
CONTADORA CRC-PR Nº 038.367/O-9



SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Curitiba - PR

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	Em Milhares de Reais	
	31/dez./12	31/dez./11
CIRCULANTE	<u>408</u>	<u>217</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	407	216
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	1	1
NÃO CIRCULANTE	<u>104</u>	<u>34</u>
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>22</u>	<u>32</u>
Cauções e Depósitos	22	32
IMOBILIZADO	<u>57</u>	<u>2</u>
INTANGÍVEL	<u>25</u>	<u>0</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>512</u>	<u>251</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/dez./12	31/dez./11
CIRCULANTE	<u>839</u>	<u>747</u>
Obrigações Tributárias/ Previdenciárias	542	467
Provisão para Férias	281	280
Outros Títulos a Pagar	16	0
NÃO CIRCULANTE	<u>451</u>	<u>205</u>
Provisão p/ Contingências	451	205
PASSIVO A DESCOBERTO	<u>(778)</u>	<u>(701)</u>
Patrimônio Social	(778)	(701)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>512</u>	<u>251</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./12 a 31/dez./12	01/jan./11 a 31/dez./11
RECEITA BRUTA	<u>21.169</u>	<u>23.874</u>
Repasses do Governo Estadual	21.169	23.874
DESPESAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(21.246)</u>	<u>(24.007)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(472)	(277)
Despesas com Pessoal	(20.736)	(23.740)
Despesas Financeiras	9	(6)
Receitas Financeiras	(12)	13
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	(35)	3
DEFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(77)</u>	<u>(133)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)





SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Milhares de Reais

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	TOTAIS
SALDOS INICIAIS EM 01 DE JANEIRO DE 2011	(843)	1.111	268
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	1.111	(1.111)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	(836)		(836)
Déficit do Exercício		(133)	(133)
SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	(568)	(133)	(701)
Déficit do Exercício Anterior	(133)	133	0
Déficit do Exercício		(77)	(77)
SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	(701)	(77)	(778)



SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Método Indireto)

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./12	01/jan./11
	a	a
	31/dez./12	31/dez./11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	(77)	(133)
Ajustado por:		
Depreciação	13	1
Ajuste de Exercícios Anteriores - PL	0	(836)
Resultado Ajustado	<u>(64)</u>	<u>(968)</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	0	12
Cauções e Depósitos	10	853
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Obrigações Tributárias/Previdenciárias	75	(306)
Provisão para Férias	1	280
Provisão para Contingências	246	156
Outros Títulos a Pagar	<u>16</u>	<u>0</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	284	27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Investimentos	(29)	0
Aquisição de Ativo Imobilizado	(66)	0
Baixa de Ativo Imobilizado	<u>2</u>	<u>0</u>
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(93)	0
AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>191</u>	<u>27</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	216	189
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	407	216

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Curitiba - PR

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores em Milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O PARANAEDUCAÇÃO foi criado em 19 de dezembro de 1997 pela lei nº 11.970, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo principal de suprir a necessidade de professores nas escolas estaduais.

Tem por finalidade auxiliar na gestão do Sistema Estadual de Educação, através de assistência institucional, técnico-científico, administrativa e pedagógica, da aplicação dos recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, e também pela captação e gerenciamento de outros recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais.

O PARANAEDUCAÇÃO tem por objetivos:

- a) Suprir, quando solicitado, o Sistema Estadual de Educação de pessoal qualificado, em tempo hábil para atender as demandas da Secretaria do Estado da Educação - SEED, inclusive, àquelas voltadas à infra-estrutura em educação;
- b) Promover ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Estadual de Educação, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- c) Constituir-se em instrumento de efetivo apoio à gestão do Sistema Estadual de Educação, em especial às unidades escolares;
- d) Contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto federais como estaduais e municipais, na área da educação, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, técnicos, administrativos e financeiros das unidades escolares;
- e) Incentivar as escolas a participarem da formulação de políticas e projetos que propiciem transformar cada uma delas em um referencial de excelência, atendendo às reivindicações de cada comunidade e respeitando as suas características sócio-econômicas.
- f) O PARANAEDUCAÇÃO no cumprimento de sua missão institucional, compromissos, diretrizes e objetivos firmará Contrato de Gestão com o Poder Público, nos termos do artigo 15 da Lei Estadual nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997.



NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, conforme disposto na ITG 2002 e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, conforme NBC TG 1000.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis foram observados pelo regime de competência, conforme regulamentado pela legislação vigente, sendo que os direitos e obrigações da entidade encontram-se apresentados em conformidade com os seus efetivos valores reais.

A) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstramos na nota 5.

B) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ NÃO IMEDIATA

Estão demonstradas pelo custo de aquisição, conforme demonstramos na nota 5.

C) IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciação, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, conforme demonstrado na nota 9.

D) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

Foi constituída para a cobertura das férias vencidas e proporcionais até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes.

E) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos Circulantes estão reconhecidos no resultado.

F) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base pró-rata dia.



NOTA 4. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

São demonstrados a seguir os valores relativos às isenções de do COFINS, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2012 e 2011.

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
COFINS	<u>635</u>	<u>716</u>

NOTA 5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e Bancos	90	0
Aplicação de Liquidação Imediata	<u>317</u>	<u>216</u>
	<u>407</u>	<u>216</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas médias de 5,5798 a.a. Os CDBs são classificados pela Administração da Entidade na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme composição apresentada:

Instituição	Remuneração	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Banco do Brasil	CDB - 5,5798 a.a.	<u>317</u>	<u>216</u>
		<u>317</u>	<u>216</u>



NOTA 6. ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS

Os adiantamentos a empregados, representa R\$ 1 (R\$ 1, em 31 de dezembro de 2011), refere-se predominantemente a adiantamentos de viagem, os quais serão realizados no mês subsequente.

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Adiantamentos a Funcionários	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

NOTA 7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Depósitos Judiciais	<u>22</u>	<u>32</u>
	<u>22</u>	<u>32</u>

NOTA 8. IMOBILIZADO

A composição dos saldos esta assim demonstrada:

IMOBILIZADO	Taxa Depreciação (%)	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de	31 de
				dezembro de 2012	dezembro de 2011
				Valor Residual	Valor Residual
Máquinas e Equipamentos	10%	15	(6)	9	2
Móveis e Utensílios	10%	1	(1)	0	0
Equipts. de Informática	20%	104	(56)	48	0
		<u>120</u>	<u>(63)</u>	<u>57</u>	<u>2</u>



NOTA 9. INTANGÍVEL

A composição é a seguinte:

INTANGÍVEL	Taxa Depreciação (%)	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de	31 de
				dezembro de 2012	dezembro de 2011
				Valor Residual	Valor Residual
Software	20%	31	(6)	25	0
		31	(6)	25	0

NOTA 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Rescisões a pagar	1	0
INSS a Recolher	352	295
FGTS a Recolher	124	142
IRRF a recolher	44	13
PIS sobre folha de pagamento	21	17
	542	467

NOTA 11. OUTROS TÍTULOS A PAGAR

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
LEX Editora	1	-
BV Financeira - Empréstimos Funcionários	15	-
	16	-

NOTA 12. PROVISÃO PARA FÉRIAS

Os saldos relativos a provisão de férias, representa R\$ 281 em 2012 (R\$ 280 em 31 de dezembro de 2011).



NOTA 13. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Entidade, para o mês de dezembro de 2012, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações trabalhistas, cujas práticas contábeis requerem a seguinte divulgação:

<u>Contingência Passiva</u>		31 de dezembro de 2012
<u>Probabilidade</u>	<u>Tratamento contábil</u>	
Provável	Provisonar na contabilidade	451
Possível	Divulgar em notas explicativas	-
		<u>451</u>
		0

NOTA 14. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 15. PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits, ocorridos, bem como dos ajustes de exercícios anteriores, representando R\$ (778) mil, em 2012 (R\$ 701 mil em 2011).

Os superávits e déficits dos exercícios são incorporados ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

NOTA 16. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31/dez./12 a administração da Entidade optou por não contratar cobertura de seguros para os bens integrantes do Imobilizado, devido a inexistência de histórico de sinistros, além de não possuir bens móveis.